

ESTUDOS DE FILOSOFIA MEDIEVAL EM PORTUGAL E NO BRASIL TENDÊNCIAS E DESIDERATA

*José Francisco Meirinhos**

Resumo: Apresentação dos estudos de filosofia medieval em Portugal e Brasil: 1) breve caracterização do campo de estudos; 2) estado da investigação e ensino; 3) dinamismo associativo, recursos disponíveis e alguns projectos em curso; 4) sugestões para projectos multinacionais.

Defende-se que o desenvolvimento dos estudos medievais nos dois países deve decorrer em abertura a outras tradições linguísticas, única forma de participar nas grandes transformações epistemológicas observáveis nesta área de estudos nos tempos mais recentes. Daí se poderá também esperar uma modificação qualitativa dos seus padrões académicos e científicos. Este contributo pretende atrair a atenção para o que se faz nos dois países, mas também dar algum contributo para o lançamento de possíveis formas de coordenação e mesmo para possíveis programas comuns.

Palavras chave: História da Filosofia Medieval, Investigação e ensino, Projectos em curso e futuros.

Nos anos mais recentes assiste-se a um crescendo de interesse pela Filosofia Medieval, não tanto por razões de simples curiosidade histórica, mas sobretudo devido a novas orientações de pesquisa que tornaram possível uma revalorização da originalidade e complexidade do pensamento filosófico durante este período histórico. Os estudos mais recentes publicados no Brasil e em Portugal, bem como o aparecimento nestes países de instituições especializadas e de projectos de investigação em torno do pensamento medieval são a expressão mais imediata de um dinamismo inesperado, mas que ainda é pouco conhecido, mesmo entre os especialistas de áreas afins. Este fórum internacional, que se reúne em torno das ciências sociais no espaço da língua portuguesa, constituiu o local ideal para reflectir sobre problemas e constrangimentos que não deixam de se fazer sentir também nesta área de estudos, mas é também o local adequado para divulgar as mais importante e inovadoras iniciativas em desenvolvimento nos países de língua portuguesa. Idealmente seria desejável que esta comunicação pudesse contribuir para reunir interesses comuns e fazer arrancar alguns projectos de investigação em ampla cooperação internacional, razão pela qual se alinham sugestões para projectos de desejável e possível realização.

Esta comunicação tem três partes. Na primeira faz-se uma brevíssima caracterização da filosofia medieval como área de estudos. Na segunda descreve-se o estado da investigação e ensino em Portugal e no Brasil, fazendo-se na terceira um sumário levantamento dos trabalhos realizados e recursos disponíveis e em desenvolvimento nestes países. Na quarta parte sugerem-se alguns projectos cuja concretização seria facilitada se desenvolvidos no espaço dos países de língua portuguesa. Mas, convém ter presente que a enumeração de alguns projectos, cuja realização é desejada, pretende contribuir também para o lançamento de programas de pesquisa, ensino e divulgação numa perspectiva multidisciplinar e transnacional que englobem participantes dos diversos países onde se fala português. Como é natural a versão escrita é mais pormenorizada nas referências, que na comunicação foram muito resumidas ou omitidas, para não sobrecarregar a sua leitura.

* Universidade do Porto.

1. A FILOSOFIA MEDIEVAL COMO ÁREA DE ESTUDOS. BREVE CARACTERIZAÇÃO DE ALGUNS PROBLEMAS E DO ESTADO DA INVESTIGAÇÃO

Tal como outras ciências sociais e humanas também a História da Filosofia Medieval se debate com uma série de questões epistemológicas em torno da delimitação do seu campo de estudos, da identificação de metodologias de pesquisa, ou da sua pertinência social e científica. Como diz Alain de Libera «A história da filosofia é uma disciplina científica que pelo seu tipo de actividade releva da história e pela natureza do seu objecto releva da filosofia. Esta definição também se aplica à história da filosofia medieval, mas ela tem uma fisionomia própria» (Libera, 2000, p. 379). A abordagem breve de alguns tópicos permitirá caracterizar a sua riqueza e importância para um melhor conhecimento do pensamento e da matriz cultural do ocidente.

a) O que é a filosofia medieval como campo de estudos

Não é fácil fazer com brevidade uma caracterização dos problemas discutidos a propósito da delimitação cronológica ou temática do que se entende por filosofia medieval. Desde logo todos os limites cronológicos se apresentam como artificiais (de 476 a 1453?, ou de Boécio a Nicolau de Cusa? ou de Agostinho a Lutero? etc.), mas também a delimitação institucional (mosteiro, universidade, corte) é insuficiente, por outro lado é redutor e inadequado confinar a filosofia medieval ao único espaço da cultura latina, porquanto a própria Europa medieval é, no que diz respeito às línguas cultas e científicas, simultaneamente latina, árabe, hebraica e grega. Pela mesma razão é errado confiná-la à filosofia cristã, porquanto há filosofia no espaço das restantes religiões monoteístas mediterrânicas. Na Europa coincidem durante a Idade Média, em constante diálogo cultural e, paradoxalmente, em confronto militar e político, estas quatro tradições geo-culturais, qualquer uma delas aliás também animada por dissenções e debates internos. As quatro línguas da filosofia na Idade Média europeia (latim, grego, árabe, hebraico) permitem-nos desarticular o eurocentrismo habitual na historiografia da filosofia medieval, porquanto, pelo menos a língua árabe traz do exterior e alarga para lá das fronteiras europeias as presenças da filosofia. Nunca estará repetido com suficiente veemência que a matriz da cultura ocidental de tradição cristã resulta directamente da assimilação e apropriação, realizada sobretudo ao longo dos séculos finais da Idade Média, da cultura e ciências árabes, mas também hebraica e bizantina. Não é também necessário insistir na importância do pensamento medieval, tantas vezes por inversão da tradição, na modelagem da modernidade política com as suas discussões a propósito das formas de governo, da natureza dos estados, da autoridade, da liberdade, do dever e mesmo da sobreposição do processualismo jurídico à acção política.

b) Como e porquê ler hoje a filosofia medieval

É um erro esbater esta pluralidade e complexidade intrínsecas do pensamento medieval. Filosoficamente o mundo medieval não se pode reduzir à simples história da filosofia cristã, daí que seja hoje comum mais apelativo ensaiar uma história plural e laica, sem privilegiar esta ou aquela forma ideal de filosofia. Esta orientação pode ajudar a superar os erros mais salientes que a historiografia filosófica medieval cometeu desde a sua constituição no século XIX, ora se comprometia aqui e ali com os interesses da Igreja (a qual, em certas alturas, viu no “regresso aos pensadores da Idade Média”, sobretudo a Tomás de Aquino, uma forma de resistência a correntes contemporâneas de pensamento), ora extraía a filosofia do próprio fluxo da história pretendendo mostrar uma sua pretensa especificidade como *philosophia perennis* na qual os filósofos medievais surgiam como tendo resolvido de uma vez e para sempre os problemas e questionamentos filosóficos.

O que marca actualmente os estudos de filosofia medieval é um desinvestimento nestas polémicas ideológicas e um “regresso ao estudo das fontes”, isto é, aos próprios autores, inseridos no seu tempo (e lembremos que são medievais alguns dos mais importantes pensadores da história da humanidade, como o judeu Maimónides, ou os árabes Avicena e Averróis, ou os cristãos S. Boaventura de Bagnoregio, S. Tomás de Aquino, Duns Escoto ou Ockham). Mesmo assim, deve notar-se que há duas grandes orientações no estudo da filosofia medieval, agora recentrada nos seus textos e menos numa leitura ideológica das suas doutrinas. Aliás, essas duas posições coincidem mais ou menos com a magna separação das praxis filosóficas europeia continental e anglo-saxónica. Ora se estuda filosofia medieval como parte integrante dos debates da filosofia contemporânea (o que em certos casos obriga a descontextualizá-los), ora é estudada para a compreender em-si-mesma e à génese do pensamento sucessivo (o que em muitos casos obriga a absolutizar as suas posições). Em qualquer dos casos é adquirida a importância do estudo directo dos próprios autores e dos problemas que dinamizam o seu pensamento.

c) Complexidade do campo e especificidade da pesquisa

Mas, esta preocupação do regresso às fontes exige a disponibilidade e o acesso aos próprios textos medievais, que, na sua grande parte, ainda permanecem inéditos ou mal editados e quase nunca traduzidos. Daí que em boa parte o trabalho de investigação em história da filosofia medieval exija ao especialista competências que lhe permitam ler os manuscritos, editar criticamente os textos, interpretar o pensamento neles expresso.

A complexidade do campo de estudos, tende a transformá-lo numa reserva de erudição. De facto, o historiador da filosofia medieval vê-se, pelas vastidão de lacunas que ainda tem que suprir, obrigado a recorrer a diversas outras ciências auxiliares como a codicologia, a paleografia, a linguística, a filologia, e história, mesmo a sociologia, para já não esquecer a indispensável informática, tão útil nestes estudos que lidam com tão grandes quantidades de dados textuais.

Temos aqui um campo de estudos que será difícil esgotar nos próximos anos porquanto os textos de filosofia medieval continuam a apresentar-se como um oceano pouco explorado e em grande parte inédito. A barreira da língua é um primeiro dissuasor na aproximação a este período histórico (daí a importância das traduções de que se falará mais abaixo), mas os modelos de formação actualmente oferecidos aos estudantes, sobretudo ao nível de pós-graduação, permitem ultrapassar eventuais lacunas de formação.

d) Pluralismo temático e de posições doutrinárias

Um aspecto do pensamento medieval que atrai sobre eles novos olhares é a pluralidade de tendências doutrinárias que o caracterizam (agostinianos, avicenianos, averroístas, peripatéticos, tomistas, nominalistas escotistas, etc.), embora ela seja muitas vezes mascarada pela aparente sintonia religiosa dos autores. Marcados por intermináveis dissensões e debates filosóficos, os autores medievais produziram sofisticadas formas de pensamento cuja originalidade nos é por vezes difícil entrever com clareza. Muitas vezes esta originalidade tem sido apenas redescoberta à medida que o pensamento contemporâneo vai explorando novos campos do saber filosófico, que por sua vez tornam depois possível a reavaliação do pensamento medieval. É o que passa nas áreas mais pujantes do pensamento contemporâneo, como a lógica, a filosofia da linguagem, a filosofia da mente e da consciência, a filosofia social, cujos teóricos encontram e recorrem com surpresa aos autores medievais que já se haviam confrontado com problemas do mesmo tipo.

2. OS ESTUDOS DE FILOSOFIA MEDIEVAL EM PORTUGAL E NO BRASIL. ENSINO E INVESTIGAÇÃO

Em Portugal e no Brasil o estudo da Filosofia Medieval está praticamente confinado a cadeiras existentes nas licenciaturas/cursos de graduação de Filosofia. O seu interesse mediático é próximo de zero e, para além de um ou outro curso de Teologia, não existe qualquer outro curso de graduação onde seja leccionada, o que reduz drasticamente o seu campo de difusão e também de desenvolvimento de estudos. Por isso, não é de estranhar que, tradicionalmente, seja o respectivo professor que realiza alguma investigação nesta área, investigação essa que nunca tem oportunidade de fazer repercutir de um modo aprofundado nas aulas, dado o carácter genérico e introdutório que a disciplina possui. Mesmo assim, a simples existência da cadeira torna necessária a preparação de materiais de estudo e leitura para os alunos, dado o seu habitual desconhecimento da língua latina, em que se exprimem os autores medievais ocidentais. Quase podemos dizer que, durante muito tempo, este foi quase o único motivo pelo qual alguns editores arriscavam publicar estudos e traduções, de tal modo que até há cerca de 10/15 anos eram raras e muito esporádicas as publicações em torno da filosofia medieval. A situação muda drasticamente não só com o crescimento do número de alunos no ensino superior verificado nos últimos anos, como também em consequência do aparecimento de post-graduações em Filosofia Medieval.

Em Portugal funciona desde 1985 um Mestrado em Filosofia Medieval na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, o único em Portugal dedicado a um período específico do pensamento. O seu funcionamento está associado a uma completa renovação desta área de estudos no país. Desde logo porque tem funcionado ininterruptamente, tendo por isso formado um activo grupo de investigadores, uma boa parte dos quais prossegue estudos de doutoramento, ao mesmo tempo que tem encaminhado alguns dos seus alunos para o Diplôme Européen d'Études Médiévales. Em paralelo com este Mestrado desenvolve a sua actividade o Gabinete de Filosofia Medieval da Universidade do Porto (<http://www.lettras.up.pt/df/if/gfm>), que por sua vez edita desde há 10 anos a única revista portuguesa dedicada exclusivamente à filosofia Medieval, a *Mediaevalia. Textos e estudos*.

No âmbito do Programa de Pós-Graduação de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica-RS (Porto Alegre), funciona uma pós-graduação em Filosofia (<http://www.pucrs.br/pgfilosofia/index1.htm>), com os níveis de Mestrado

e Doutoramento, com uma específica “área de concentração” em Filosofia Medieval, cujo sucesso e proficiência está bem visível nos volumes sobre o tema publicados na colecção Filosofia da EDIPUCRS, que resultam de pesquisas, traduções e também de teses aí apresentadas. É também aos cuidados do seu coordenador que se deve desde há 8 anos a publicação anual de um grosso fascículo da revista *Veritas* que, além de textos de investigadores conhecidos, também acolhe trabalhos dos seus estudantes de pós-graduação.

Existe também a possibilidade de realização de pós-graduações em temas de filosofia medieval em diversas outras universidades portuguesas e brasileiras, mas bastam-nos estes dois exemplos mais específicos de Porto Alegre e do Porto, para percebermos como da realização de investigações por um grupo alargado de especialistas e da existência de um nível de ensino orientado para o aprofundamento científico dos problemas, resultam de imediato uma maior preparação e crescimento do número de especialistas altamente motivados e habilitados para a realização de pesquisas, que se traduzirão, neste caso, na elaboração de traduções mais rigorosas, de estudos marcados por maior originalidade e mesmo pela descoberta de textos até aí inexplorados. A biblioteca de textos filológicos medievais disponíveis em português, apesar de ainda continuar centrada nas obras dos chamados grandes autores, começa agora a ter a diversidade e consistência que há muito se verificava em outras línguas, a qual, por sua vez, tornará mais fácil o seu ensino e aprendizagem ao nível da licenciatura. Um bom exemplo deste movimento é a colecção Filosofia da EDIPUCRS (Porto Alegre), onde nos últimos anos foram publicados para cima de duas dezenas de traduções e estudos, alguns já com várias reedições.

3. ASSOCIAÇÕES DE MEDIEVISTAS E ALGUNS PROJECTOS EM CURSO

a) Associações

O aumento do número de investigadores tem suscitado a criação de instituições supra-universitárias que reúnem, muitas vezes informalmente, os especialistas que se ocupam desta área de estudos. Deixaremos de lado os casos da Associação Brasileira de Estudos Medievais (ABREM) e da Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais (SPEM), uma vez que congregam todas as áreas dos estudos medievais, mas em especial a história e a literatura.

Convém desde logo destacar a *Comissão de Filosofia Medieval do Brasil* (ver De Boni «Apresentação», pp. 7-8, em *Lógica e linguagem*, 1994), criada em 1981 e que nos últimos 20 anos desenvolveu um trabalho notável de promoção dos estudos de Filosofia Medieval no país, sem deixar de criar múltiplas oportunidades para a sua difusão no estrangeiro e mesmo para atrair renomados especialistas estrangeiros a apresentar os seus trabalhos no Brasil. Desde essa altura não só tem agregado nas suas iniciativas um número crescente de especialistas nacionais e estrangeiros, como tem diversificado e projectado internacionalmente as iniciativas que promove, apesar de ter uma organização informal, quase exclusivamente assente no trabalho do respectivo Presidente [ocuparam este lugar, sucessivamente, José António de Camargo de Souza (1981-1990), Luís Alberto De Boni (1990-1998), João Lupi (1998-, actual presidente)]. A Comissão começa por organizar logo em 1982 o Encontro *Internacional de Filosofia Medieval*, que decorreu na Universidade de Brasília. O seu sucesso terá continuidade e não mais deixaram de se realizar a intervalos regulares, estando o VIII agendado para 2001. Ao mesmo tempo, foram sendo regularmente publicados números monográficos de revistas académicas em torno dos mais diversos aspectos da filosofia medieval e sempre com a preocupação de incluir trabalhos de investigadores estrangeiros. Esta orientação teve os mais importantes resultados, não só pelo enriquecimento que proporciona aos Encontros, mas porque induz em si mesma o aparecimento de projectos de cooperação internacional. Assim, não constituiu motivo de espanto que o VII Encontro se tenha ele próprio realizado fora do Brasil, mais concretamente em San Antonio - Argentina (1999), sob o tema *Homem e natureza no pensamento medieval*, cujas *Actas* foram por sua vez publicadas mais uma vez na revista *Veritas* de Porto Alegre (vol. 44, n. 3, 1999, pp. 497-870). Este Congresso marcou também um ponto de viragem na visibilidade internacional da medievística brasileira, contribuindo de forma definitiva para que o português seja também aceite como língua de trabalho em Congressos internacionais da especialidade, como de facto acontecerá pela primeira vez no XI Congrès international de Philosophie Médiévale, em 2002, em que o português será pela primeira vez língua de trabalho (<http://www.lettras.up.pt/df/lf/gfm/Congresso/congresso.html>).

Diversos outros grupos de investigação, em geral tratando de um tema ou associados a uma escola, foram criados nos últimos anos. É o caso em especial dos seguintes grupos de pesquisa:

- Gabinete de Filosofia Medieval da Universidade do Porto, que funciona em paralelo com um Mestrado da Faculdade de Letras da mesma Universidade, edita a revista *Mediaevalia. Textos e estudos*, coopera no

Diplôme Européen d'Études Médiévales, e tem desenvolvido diversos projectos de investigação com financiamentos públicos, centrados na edição e estudo de textos filosóficos medievais portugueses e na constituição de bases de dados electrónicos, para uso dos seus investigadores e que prevê venham a ser disponibilizados sobre diversas formas à comunidade científica. O GFM também colabora em diversos projectos internacionais sobre autores medievais;

- *Grupo de Estudo da Filosofia em Árabe*. Localizado no CEPAME, Universidade de São Paulo, coordenado por Miguel Attie Filho e que ao longo de 1999 realizou uma série de conferências em torno do problema do intelecto no pensamento árabe medieval. O CEPAME realizou o sétimo colóquio de História da Filosofia Patrística e Medieval em 30 de Novembro de 1999. O próximo boletim do Cepame, previsto para Março de 2000, deverá incluir as comunicações do colóquio.
- *Grupo de Filosofia Medieval* do Programa de Pós-Graduação de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica (Porto Alegre-RS), animado por L.A. De Boni, realiza regularmente Encontros de Filosofia Medieval, em que participam os estudantes da pós-graduação mas também outros convidados nacionais e estrangeiros, para apresentação das suas investigações mais recentes ou em curso.
- *O Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio* (Ramon Llull), animado por Esteve Jaulent, está a dinamizar um programa de pesquisa e tradução em torno da obra e influência doutrinal e literária do pensador maiorquino, um dos mais prolíficos e originais pensadores do século XIII-XIV. Dispõe de um site na internet onde se disponibilizam textos em latim e português de Ramón Lull e da tradição luliana, bem como bibliografias e outros instrumentos: <http://www.geocities.com/Athens/Forum/5284/estev.html>. É seguramente o melhor site mundial sobre Ramón Llull.

Mereceriam ainda destaque diversas páginas pessoais relacionadas com a filosofia medieval. Mas, por uma questão de brevidade refiram-se apenas outros grupos de pesquisa, como o *PEM - Programa de Estudos Medievais*: (<http://www.ifcs.ufrj.br/~pem>) do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, criado em 1991, que tem carácter interdisciplinar, com diversas linhas de pesquisa e desenvolve projectos de pesquisa nas áreas de História Cultural, História Política e História Social. Em Portugal merece destaque o *Núcleo Científico de Estudos Medievais*: (<http://www.fcsh.unl.pt/hp/unidades/ncem/index.html>) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, que desenvolve projectos nas áreas de história, literatura e arte medievais.

b) Congressos e colóquios

O dinamismo e pujança da investigação que estamos a descrever podem bem ser aferidos pela referência breve a diversos colóquios recentes ou em organização. Eis alguns exemplos:

Colóquio *Corpo e natureza no pensamento medieval* (Porto, Março de 2000). Organizado pelo Gabinete de Filosofia Medieval

Seminário de Filosofia Medieval, Organizado por Manoel Vasconcellos e João Hobhuss na Universidade Federal de Pelotas, de 29 a 31 de Março de 2000.

II Encontro de Estudos medievais - O Neoplatonismo, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 16 a 20 de Outubro de 2000; organizado por Oscar Federico Bauchwitz do Departamento de Filosofia de Natal.

Colóquio de *Estética medieval* na Universidade Federal de Santa Catarina, de 22 a 24 de Novembro de 2000, integrado no Festival de Música e Artes Medievais, Organização do Departamento de Filosofia (João Lupi).

Um aspecto que não deve ser negligenciado nestas iniciativas é o espaço conferido quer a jovens investigadores, quer a investigadores provenientes de outros países. Deve realçar-se que habitualmente estes colóquios dão origem a excelentes volumes de Actas que se tornam instrumentos indispensáveis para a investigação em filosofia medieval.

Para além de outros colóquios que não deixarão de ser organizados, refira-se que estão já em preparação dois grandes congressos:

VIII Encontro internacional de Filosofia Medieval da Comissão Brasileira de Filosofia Medieval, em Recife (Brasil) 23 a 26 de Outubro de 2001, que terá por tema: *A ética medieval face aos desafios da contemporaneidade*. Este colóquio é um dos actos comemorativos dos 20 anos da Comissão Brasileira de Filosofia Medieval.

XI Congrès international de Philosophie Médiévale no Porto (Portugal), de 25 a de 30 Agosto de 2002. É o encontro de periodicidade quinquenal da Société Internationale pour l'Étude de la Philosophie Médiévale (SIEPM), que terá organização local do Gabinete de Filosofia Medieval, sob a presidência de Maria Cândia Pacheco, cujo

tema será: Intelecto e imaginação na filosofia medieval (línguas oficiais: latim, inglês, francês, alemão, italiano, castelhano, português).

c) *Recursos electrónicos WWW*

Os medievistas não deixam de utilizar os novos recursos de difusão multimidiática. São já diversos os sites que fornecem informação, mas também disponibilizam textos (em latim ou em tradução). Para além de inúmeras páginas individuais, eis alguns exemplos de sites com carácter geral:

A constituição de uma *Rede Latinoamericana de Filosofia Medieval* teve origem no colóquio realizado em 1999 em San Antonio, Buenos Aires (Argentina) e tem já disponível a sua página, animada por Celina Lértora, mas aguarda ainda oportunidade para começar a difundir diversos tipos de informação e recursos: <http://www.clacso.edu.ar/~fepai/filosofiamed.htm>.

O Gabinete de Filosofia Medieval possui um site centrado nas suas actividades de investigação e divulgação, mas onde está previsto um espaço para a difusão on-line as bases de dados textuais e bibliográficas que está a constituir no âmbito de projectos de investigação financiados por institutos governamentais: <http://www.letras.up.pt/df/if/gfm/html>.

Esteve Jaulent anima na internet a já referida página do "Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio" [<http://www.ramonlull.net/portal.html>], onde se disponibilizam textos em latim e português de Ramon Lull e da tradição juliana: <http://www.geocities.com/Athens/Forum/5284/estev.html>.

Luiz Jean Lauand da Universidade de São Paulo (Departamento de Filosofia da Educação da Faculdade de Educação), anima a edição de uma série de revistas (entre as quais: *Collatio*, *Convenit Internacional*, *Mirandum*, *Notandum*), que dão amplo lugar a estudos sobre temas de filosofia e cultura medievais. Para além da sua edição impressa, estas revistas estão disponíveis na íntegra na internet, no endereço www.hottopos.com/revistas.htm. Para facilitar uma consulta temática dos trabalhos publicados, o editor reuniu em um índice especial (special collections) os estudos relativos à Idade Média em <http://www.hottopos.com/spcol/medieval.htm>. Estão incluídos estudos em pelo menos seis línguas, o que reflecte ampla colaboração internacional e uma das revistas (*Convenit*) é mesmo co-editada por um conjunto de 12 instituições de diversos países, ligadas predominantemente ao estudo da filosofia medieval.

d) *Colecções de obras, traduções e revistas*

O mais consistente projecto de edição sistemática de obras de autores medievais é a *Coleção Pensamento Franciscano*, um projecto do Instituto Franciscano de Antropologia da Universidade São Francisco de Bragança Paulista e da área de Filosofia Medieval da PUCRS, editado em conjunto com a EDIPUCRS de Porto Alegre. Esta série, coordenada por um conselho que reúne membros de diversas instituições brasileiras e internacionais não tem mesmo paralelo em outras línguas porquanto projecta publicar algumas dezenas de volumes de autores franciscanos medievais, predominantemente das áreas de filosofia e teologia. Nos dois primeiros anos foram editados os 5 primeiros volumes: um de Boaventura, dois de Ockham, um de Raimundo Lúlio, e um de Duns Escoto; mas o projecto evolui rapidamente.

No domínio das traduções, assinale-se a edição já em 2000, da primeira grande colectânea de textos filosóficos medievais em tradução: Luís Alberto de Boni, *Filosofia Medieval - Textos*, (Porto Alegre, 2000, 420 pp.), que se tornará um indispensável instrumento de trabalho para estudantes e todos os interessados no estudo da filosofia através da leitura directa dos textos. José António de Camargo Rodrigues de Sousa (Universidade de Goiás) tem em marcha um ambicioso plano de estudo e tradução de obras do pensamento político medieval.

Diversas *revistas* publicam esporadicamente estudos sobre filosofia medieval, mas pela sua periodicidade e inovação no panorama da edição em português, convém salientar:

- *Veritas*, de Porto Alegre (editada pelas EDIPUCRS). Desde há quase uma década o fascículo de Setembro é dedicado à Filosofia Medieval, incluindo estudos de autores de múltiplos países, e também traduções de autores medievais;
- *Mediævalia*, Textos e estudos, do Porto (editada pela Fundação Eng. António de Almeida). Publica dois fascículos anuais com edições bilingues ou com estudos de autores de diversos países.

4. O FUTURO DOS ESTUDOS DE FILOSOFIA MEDIEVAL NO ESPAÇO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Do exposto podemos já concluir que se há uma mudança qualitativa no trabalho realizado pelos medievistas. Se outrora as investigações em torno da filosofia medieval eram desenvolvidas pelos seus autores de modo isolado, hoje elas constituem ou integram-se em programas de pesquisas apenas realizáveis em equipa e com grandes meios (financeiros, bibliográficos, de equipamentos, de divulgação). No espaço de cada um dos países de língua portuguesa há uma apesar de tudo reduzida comunidade de especialistas, e é por isso desejável que essas equipas reünam participantes de diversos países. A existência de necessidades e interesses comuns pode funcionar como estímulo para o desenvolvimento de projectos comuns, sem limitar a riqueza que os diferentes usos da língua proporcionam. Seria desejável a constituição de uma rede de interesses e informação para medievistas alargado a todos os países de língua portuguesa que funcionasse como *forum* de discussão e oficina de entre-ajuda. Certamente este seria o contexto para dar a conhecer ou estimular os interesses que se mobilizam nos jovens países que começam a despontar para alguma estabilidade e nos quais as ciências sociais e humanas não deixarão de constituir um factor de dinamização intelectual e cultural. Não é de excluir que a história da filosofia medieval tenha também aí os seus cultores. Chegam-nos mesmo informações da existência de estudiosos da filosofia e de autores medievais em Timor, Moçambique, Angola. Que não falem as condições para estes estudos se desenvolverem e certamente poderão funcionar como mais um estímulo à cooperação que os restantes países não poderão deixar de prestar.

Desiderata

Que fique bem claro que as grandes áreas de actividade que a seguir se delineiam e cuja concretização se considera desejável, deverão acolher e receber o contributo de todos os interessados e não apenas de medievistas oriundos de Portugal e do Brasil. Esperamos que não esteja longe o momento em a estes projectos se juntarão investigadores de outros países de língua portuguesa.

a) Acesso a fontes e meios bibliográficos

As bibliotecas universitárias portuguesas ou brasileiras que servem de suporte aos pesquisadores em filosofia medieval são muito deficitárias no que diz respeito às obras de referência, às grandes edições de textos, às revistas e aos estudos mais recentes. Todos temos experiência, em qualquer ramo do saber, que não é possível realizar pesquisa aprofundada e séria sem estes recursos. A mútua de meios poderia ser pelo menos suprida com a constituição de uma rede de informação e permutas bibliográficas que respondesse aos pedidos dos investigadores. Por outro lado, a existência de bibliotecas bem apetrechadas seria um primeiro passo para o intercâmbio de estudantes e investigadores e poderia ser o embrião que justificaria a criação de instituições que integrassem em permanência investigadores em filosofia medieval. Neste campo ainda quase tudo está por fazer e uma rede de cooperação e de informação no espaço de língua portuguesa poderia ser um primeiro passo que desbloquearia os impasses actuais no apoio oficial à investigação em filosofia medieval. Para uma tentativa de sistematização dos fundos bibliográficos disponíveis no Brasil veja-se a Bibliografia sobre *Filosofia Medieval* (1994).

b) Traduções para português de textos medievais

A língua portuguesa constitui um instrumento comum de trabalho que deverá ser potenciado. A realização de traduções e de outros materiais didácticos seria o sector que mais poderia beneficiar com uma concertação mínima que evitasse duplicação de projectos, acelerasse a tradução sistemática de textos cuja necessidade é mais premente ao nível do ensino e que pudesse ainda, estabelecesse métodos de trabalho uniformes. Neste aspecto a experiência brasileira, muito mais produtiva e ampla que a portuguesa, poderia ser aproveitada e alargada. Um elenco de traduções recentes publicadas em Portugal pode encontrar-se em Meirinhos (1998).

c) Estudos em português sobre autores e temas do pensamento medieval

O estado da investigação científica numa dada área pode ser aferida pela quantidade e qualidade das investigações originais que aí se publicam. As teses de Mestrado e doutoramento em filosofia medieval constituem um rico manancial recente e em crescimento, mas faz-se sentir a inexistência de outras obras mais gerais, por exemplo de tipo manualístico. Apesar de tudo, os muitos volumes de colóquios temáticos não cobrem estas necessidades com que todos nos confrontamos. Seria possível e desejável a edição de volumes em português (que até seriam especialmente interessantes se realizados em cooperação multinacional), desde logo sobre os mais

importantes autores medievais, mas também sobre áreas de estudos de grande actualidade como a lógica, a epistemologia, a filosofia da mente, a filosofia política, etc.

A recente obra colectiva *História do pensamento filosófico português*, vol. I: Idade Média (1999) oferece um modelo de abordagem que poderia ser alargado a outros temas de modo igualmente inovador. Desta obra em 5 volumes (7 tomos) está anunciado para 2001 o vol. II, sobre o Renascimento e o início da Idade Moderna

Talvez não fosse assim tão difícil encontrar um editor que reunisse numa colecção a publicação de estudos realizados por estudiosos de países de língua portuguesa, de onde resultariam inequívocos ganhos de difusão e influência.

d) Edição crítica de textos inéditos

Há um importante acervo de textos inéditos ou pouco conhecidos de autores medievais que merecem a luz do dia. Alguns desses manuscritos pertencem a bibliotecas portuguesas ou brasileiras e é, por isso, uma obrigação das respectivas comunidades de medievistas editá-los. Continuam, por exemplo, por editar (e mesmo por estudar) centenas de manuscritos filosóficos dos séculos XIV-XVII, dispersos por bibliotecas de Lisboa, Évora, Coimbra e Porto, que têm grande interesse para o conhecimento das práticas políticas e das ideologias científicas e que não deixaram de exercer influência nos modos de colonização e missionação.

Diga-se de passagem que o apelo ao estudo dos autores portugueses medievais, não se deve a qualquer forma de orgulho nacionalista, e muito menos a qualquer afecto por novas e velhas formas de colonialismo, mas apenas porque é difícil que alguém ou algum instituto de outras áreas linguísticas se disponha a empreendê-lo de modo sistemático.

Um exemplo da importância destas publicações é-nos dado pela recente edição da obra de André do Prado (séc. XIV), *Horologium fidei, Diálogo com o infante D. Henrique*, com denso conteúdo teológico e que permite deslindar mais um pouco da influência dos autores medievais na cultura e ideologias da época dos descobrimentos. A este propósito ver a obra de Vamireh Chacon (1998), professor da Universidade de Brasília, sobre a difusão de um humanismo ibérico a partir das universidades portuguesas.

De facto há um importante acervo de textos de filosofia, sobretudo dos séculos XIV-XVII que têm uma relação directa com a colonização portuguesa. A este propósito, o trabalho pioneiro mas infelizmente ainda sem continuidade de D. Maurício (1978), sobre *A Universidade de Évora e a escravatura*, mostra a importância dos cursos de Filosofia aí ministrados (até 1759) dentro da tradição escolástica, e em particular os dos mestres Fernão Pérez, Luís de Molina, Fernão Rebelo, Estêvão Fagundes e João Baptista Fragoso, cuja edição e estudo traria nova luz sobre este aspecto da história cultural e social de Portugal e dos países a que deu origem.

Embora cavalegando nas margens da filosofia, não deverá ser descurada toda a literatura de espiritualidade que se dissemina neste período, onde os pressupostos ideológicos, políticos e filosóficos são por demais evidentes (veja-se a propósito: José Adriano de Freitas Carvalho, 1991).

Também as intensas polémicas religiosas anti-judaica e anti-árabe em Portugal no final da idade média, cuja literatura permanece em grande parte inédita, são fulcrais para compreender a ideologia de missionação e os modelos de administração que os portugueses imporão nos territórios de que se apossam.

e) Estudo da influência das fontes portuguesas medievais e renascentistas

O conhecimento das fontes medievais é indispensável para compreender a primeira literatura filosófica escrita em português como o *Leal Conselheiro de D. Duarte*, ou o *Livro da Virtuosa Benfeitoria* de frei João Verba e infante D. Pedro.

Mas, também está ainda mal estudada a influência e presença das fontes medievais na cultura política e religiosa difundida pela colonização. Importantes notas bibliográficas e pistas de pesquisa podem encontrar-se em F.G. Caeiro (1983).

É sabido como a colonização e a missionação foram pregadas e empreendidas seguindo o modelo desse grande desastre político, militar e cultural da Idade Média que foi a guerra de cruzada. Mas também convém ter presente que os críticos da guerra justa, da escravatura, ou da posse territorial também colhem os seus argumentos em autores medievais. Quase tudo está por estudar quanto à influência dos teólogos, dos polemistas e filósofos medievais sobre os dois lados da contenda. A esta luz conviria por exemplo estudar o profetismo milenarista do Padre António Vieira, que claramente busca a sua fundamentação teórica em autores patrísticos e medievais, como acontece no seu opus magnum inacabado e cuja edição crítica está em curso em vários volumes: a *Clavis prophetarum* da qual acaba de ser publicado o livro III (ver A. Vieira, 2000). Mas também os seus censores e carcereiros colhem argumentos em autores do mesmo período. Estes exemplos servem-nos simultaneamente

para compreender a pluralidade e complexidade do pensamento medieval que não pode ser encerrado em fórmulas que o ridicularizam ou negam a sua importância.

CONCLUSÃO

Estes projectos de uma maneira ou de outra terão sempre oportunidade para se ir concretizando. Tentar levá-los a cabo em regime de cooperação, por exemplo no espaço dos países de língua portuguesa, permitiria realizá-los em tempos mais razoáveis, mas isso também deverá ser feito integrando investigadores e consultores de centros de estudos de outros países e de outras tradições culturais e teóricas, para evitar um isolamento da investigação que seria sempre pernicioso, sobretudo nesta área em que o trabalho científico deve decorrer com um mínimo de constrangimentos ideológicos ou de escola.

BIBLIOGRAFIA

- André do Prado (séc. XIV): *Horologium fidei, Diálogo com o infante D. Henrique*, Ed. e trad. por Aires Augusto Nascimento, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa 1994.
- Bibliografia sobre Filosofia Medieval* (1994): dir. Luis Alberto De Boni (Col. Filosofia, 10) EDIPUCRS, Porto Alegre.
- Caeiro, Francisco da Gama (1983): «O pensamento filosófico do século XVI ao século XVIII em Portugal e no Brasil», em Actas do 1º Congresso Luso-Brasileiro de Filosofia, *Revista Portuguesa de Filosofia*, 18, pp. 51-90, reed. em IDEM *Dispersos*, vol. I, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa 1998, pp. 253-293.
- Carvalho, José Adriano de Freitas (1991): «Conquistar e profetizar em Portugal, dos fins do século XIV a meados do século XVI: Introdução a um projecto», *Revista de História* 11, pp. 65-93.
- Carvalho, Mário Avelino S. de - Meirinhos, J.F. (1995): «Chronique Nationale. Portugal (1989-1995)», *Bulletin de la Société Internationale pour l'Étude de la Philosophie Médiévale*, 37, pp. 249-266.
- Chacon, Vamireh (1998): *O humanismo ibérico: a escolástica progressista e a questão da modernidade*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa (201 pp).
- De Boni, Luis Alberto (2000): *Filosofia Medieval - Textos*, EDIPUCRS, Porto Alegre (420 pp.).
- História do pensamento filosófico português, I - Idade Média*, dir. Pedro Calafate, Ed. Caminho, Lisboa 1999.
- Libera, Alain de (1999): «Le relativisme historique: théorie des "complexes question-réponses" et "traçabilité"», *Les études philosophiques*, 41 1999, pp. 479-494.
- Lógica e linguagem na Idade Média*, dir. L.A. De Boni, EDIPUCRS, Porto Alegre 1994.
- Maurício, Domingos (1978): «A Universidade de Évora e a escravatura», *Didaskalia* 7, pp. 153-200.
- Meirinhos, J.F. (1998): «Traduções de filosofia medieval em Portugal. Boletim de publicações recentes», *Veritas* 43, pp. 725-731.
- Vieira, António (2000): *Clavis prophetarum*, vol. III, edição crítica e tradução dirigida por Arnaldo do Espírito Santo, Biblioteca Nacional, Lisboa 2000.

